

## **Anexo\_PEA\_04-2**

### Enquadramento Histórico-arqueológico

O concelho de Azambuja, situado na margem direita do rio Tejo, integra uma zona de charneira entre o Ribatejo e a Estremadura, caracterizada pela riqueza agrícola das lezírias e pelo seu papel histórico enquanto corredor de circulação norte-sul. Este território reúne condições singulares para a fixação humana desde a Pré-história, confirmadas pela arqueologia, e mantém relevância ao longo da Antiguidade, Idade Média e Idade Moderna. A proximidade do rio, a fertilidade dos solos e a localização estratégica entre Lisboa, Santarém e a Beira Baixa explicam a continuidade de ocupação.

Os vestígios mais antigos da ocupação do concelho remontam ao Neolítico final e Calcolítico, com forte expressão em sítios funerários e de habitat. As escavações no Cabeço da Bruxa e em áreas da lezíria revelaram materiais associados a práticas funerárias e rituais, incluindo cerâmicas decoradas e líticos (Cardoso, 2002).

O território integrava o conjunto cultural do Megalitismo da Estremadura e do Ribatejo, com antas e sepulturas coletivas associadas a comunidades agro-pastoris que exploravam os solos férteis da várzea e os recursos piscícolas e cinegéticos do Tejo. Como nota A. Jorge (1990), a paisagem funerária monumental constituía também uma forma de territorialização simbólica das primeiras comunidades sedentárias.

Durante a Idade do Bronze e a Idade do Ferro, a região de Azambuja integrou-se numa rede de povoamento disperso, com habitats em colinas baixas e áreas de fácil defesa. A Cultura Orientalizante exerceu influência a partir do século VII a.C., visível em cerâmicas pintadas e objetos metálicos que chegam através do comércio mediterrânico.

Na transição para a Idade do Ferro plena (sécs. V–I a.C.), o território insere-se na esfera cultural dos Lusitanos e Celtici, mas também das comunidades do baixo Tejo descritas por Estrabão e Plínio. Os povoados de altura, embora menos monumentais do que os castros do Noroeste, mantinham funções defensivas e de controlo de rotas.

Segundo Silva (2007), os vales férteis da Azambuja constituíam áreas de contacto entre o mundo indígena e as redes comerciais mediterrânicas, funcionando como corredor para circulação de bens e ideias.

A romanização é particularmente evidente em Azambuja. O território integrava-se na rede viária que ligava Olisipo (Lisboa) a Scallabis (Santarém) e posteriormente a Emerita Augusta, rota descrita no Itinerarium Antonini. Diversos marcos miliários encontrados na região confirmam este traçado (Alarcão, 1988).

As escavações arqueológicas identificaram villae rurais dedicadas à produção agrícola, vitivinícola e oleícola, aproveitando as condições da lezíria. Estruturas de tegulae, ímbrices, moedas, cerâmica comum romana e terra sigillata têm sido documentadas em várias áreas do concelho.

Segundo Jorge de Alarcão (1988), a presença romana em Azambuja não foi apenas económica, mas também administrativa, com integração plena na província da Lusitânia. Os vestígios de sistemas de drenagem e armazenamento agrícola reforçam a vocação produtiva da região.

Com a queda do Império Romano e as invasões bárbaras, a ocupação reconfigura-se, mas mantém continuidade. A partir do século VIII, o território integra a esfera muçulmana, testemunhada pelo próprio topónimo “Azambuja”, de origem árabe (az-zambuÿa, “oliveira brava”).

Ainda que os vestígios materiais islâmicos sejam escassos, as fontes documentais e a toponímia revelam a presença de pequenas comunidades muçulmanas ligadas à agricultura irrigada e ao aproveitamento dos recursos do Tejo (Mattoso, 1993). As estruturas de regadio e alguns padrões de parcelamento agrícola podem remontar a este período.

Embora a arqueologia não tenha ainda identificado grandes estruturas islâmicas no concelho, a toponímia e a organização fundiária revelam a integração da região no espaço de Al-Andalus. José Mattoso (1997) sublinha que o vale do Tejo foi “um dos eixos de islamização mais duradouros a norte do Mondego”, e que muitos topónimos ribatejanos, incluindo Azambuja, provêm desta fase.

É provável que durante este período se tenha intensificado a exploração agrícola, com introdução de sistemas de rega e valorização das lezírias para o cultivo de cereais e hortícolas.

A região foi progressivamente integrada no avanço cristão após a conquista de Santarém por D. Afonso Henriques em 1147. Poucos anos depois, Azambuja é referida como parte dos territórios entregues à Coroa e a ordens militares para organização e defesa. O Foral de Azambuja, concedido por D. Sancho I em 1200 e confirmado por D. Manuel I em 1513, reforçou a importância administrativa e fiscal da vila.

A documentação medieval atesta a importância de Azambuja como local de travessia e abastecimento, pela sua posição estratégica no Tejo e pelo papel na ligação entre Lisboa e Coimbra. No século XIII, Azambuja surge já estruturada como freguesia e couto agrícola.

Mário Jorge Barroca (2003) destaca que, nesta fase, “o processo de paroquialização e a construção de pequenas igrejas rurais foram instrumentos decisivos de ocupação e de territorialização”. De facto, em Azambuja, a rede paroquial medieval consolidou a malha de aldeias e casais que persistem até hoje.

Durante os séculos XIV–XV, o território assiste ao fortalecimento de uma economia mista, de base agrícola e mercantil, com integração nos circuitos da lezíria ribatejana. As práticas agrícolas medievais deixaram marcas na paisagem — socalcos, sistemas de regadio e caminhos rurais — ainda identificáveis em vários pontos.

Alcoentre, fundada no ano de 970 da era cristã, remonta ao tempo do rei mouro D. Ramiro III. A sua designação original, al-quniTrâ, diminutivo de al-qanTarâ, significa “a pequena ponte”, refletindo a influência árabe na região, sugerindo a existência de uma estrutura de travessia sobre um curso de água, possivelmente o rio Alcoentre, que terá sido um ponto estratégico para a circulação local.

A localidade recebeu o seu primeiro foral concedido por D. Afonso Henriques, na cidade de Coimbra, em outubro de 1174, tornando-se a mais antiga unidade de administração e circunscrição local do concelho de Azambuja. Desde então, Alcoentre permaneceu como terra reguengueira – ou seja, propriedade da Coroa – até ao reinado de D. Dinis. Este monarca, também conhecido como o Lavrador, alterou o estatuto da localidade, atribuindo-lhe a jurisdição senhorial particular, iniciando assim um novo ciclo na sua história. Mais tarde, o foral manuelino veio reformular este estatuto em Lisboa, a 26 de setembro de 1513, por iniciativa de D. Manuel I.

A origem senhorial de Alcoentre é envolta em alguma incerteza, mas a maioria dos historiadores acredita que a vila terá sido doada a um dos principais cruzados flamandenses que ajudaram D. Afonso Henriques na conquista de Lisboa em 1147. O nome mais frequentemente associado é o de D. Child Rolim, ou simplesmente Rolim, embora não existam documentos que comprovem esta atribuição. Esta presença estrangeira, aliada à proximidade das rotas de peregrinação, terá contribuído para o desenvolvimento económico e cultural da região.

A primeira referência documental à posse de Alcoentre por D. Rolim surge apenas em 1200, durante o reinado de D. Sancho I, na Carta de Doação de Azambuja. Este facto insere-se no contexto das Cruzadas (1096-1270), quando muitos nobres do norte da Europa que rumavam à Terra Santa vieram em auxílio de D. Afonso Henriques, desempenhando um papel decisivo na conquista do território que viria a constituir Portugal. Como recompensa, receberam terras e privilégios pela sua coragem e lealdade. Contudo, a conquista definitiva de todo o território demorou o seu tempo e envolveu sucessivos recuos e avanços das forças portuguesas e mouras, com a região de Lisboa e Ribatejo em constante conflito.

Alcoentre foi concelho monoparóquial da paróquia de Santa Maria de Alcoentre ou Nossa Senhora da Purificação de Alcoentre, desde o século XII até ao século XIX (1174-1836), acumulando cerca de 700 anos de autonomia administrativa. No plano arqueológico, destacam-se vestígios de povoamento pré-romano e romano, nomeadamente fragmentos de cerâmica, moedas e estruturas que indiciam uma ocupação contínua desde a antiguidade, consolidando a importância estratégica do território.

A identidade e memória histórica de Alcoentre consolidaram-se durante a formação do território português, especialmente no contexto da expansão para sul até ao rio Tejo, após a conquista de Santarém e Lisboa em 1147. A necessidade de consolidar a defesa e ocupação do território levou à política de povoamento e concessão de forais, como o outorgado por D. Afonso Henriques em 1174. Este foral inicial, uma carta de aforamento aos moradores, estabelecia um sistema de governação local baseado na assembleia de homens-bons, que decidiam sobre as questões comuns da comunidade.

A governação autónoma durou aproximadamente um século, até que D. Dinis doou Alcoentre ao seu filho D. Afonso Sanches e à sua esposa D. Teresa Martins, tornando-se terra senhorial. Os senhores donatários detinham jurisdição política, administrativa, jurídica e religiosa, e a vila permaneceu sob a administração da família até ao século XVI, quando passou para a Casa dos Condes e Marqueses de Vila Real. No século XVIII, após a extinção desta casa, Alcoentre voltou à administração da Coroa.

No século XIX, o concelho de Alcoentre passou por duas fases marcantes. A primeira, marcada pela expansão territorial, integrou as freguesias de Manique do Intendente, Cercal, Alguber e Figueiros. A segunda fase, em 1836, decretada por Passos Manuel, resultou na extinção do concelho de Alcoentre e na sua integração no concelho de Azambuja.

As reformas administrativas afetaram também os concelhos vizinhos. Cadaval ganhou freguesias como Bombarral e Carvalhal, enquanto Azambuja integrou Aveiras de Baixo e Aveiras de Cima. Contudo, em 1855, o concelho de Alcoentre foi definitivamente extinto e anexado ao concelho de Azambuja.

A reordenação administrativa continuou nas décadas seguintes. Em 1895, o concelho de Cadaval foi igualmente extinto, com freguesias redistribuídas pelos concelhos vizinhos. Lamas, Cercal e Peral foram atribuídas a Azambuja, enquanto Alguber e Figueiros passaram para Rio Maior. Após reclamações, Lamas foi integrada em Alenquer em 1886. Finalmente, em 1898, o concelho de Cadaval foi restaurado, mas Alcoentre permaneceu como freguesia do concelho de Azambuja, consolidando a sua identidade na atual divisão administrativa.

No âmbito do presente estudo, foi realizada uma pesquisa documental exaustiva com o objetivo de identificar a eventual presença de património arqueológico, arquitetónico ou cultural no interior da Área de Estudo (AE), através da consulta de plataformas digitais especializadas, bases de dados oficiais e instrumentos de ordenamento do território.

Foi consultado o portal [www.monumentos.gov.pt](http://www.monumentos.gov.pt), com o intuito de averiguar a existência de bens imóveis classificados, em vias de classificação ou inventariados, de natureza arquitetónica. A consulta incidu sobre a totalidade da AE, não revelando a existência de elementos patrimoniais dentro da AE.

Paralelamente, procedeu-se à análise das Cartas de Ordenamento e de Condicionantes do Plano Diretor Municipal (PDM) do concelho da Azambuja, com especial enfoque nas camadas informativas relativas a património classificado, zonas de proteção, áreas de sensibilidade arqueológica ou arquitetónica, e servidões administrativas associadas a bens culturais. A análise do PDM não evidenciou a presença de património classificado ou áreas condicionadas por motivos patrimoniais no interior da AE.

No que diz respeito à presença de infraestruturas viárias de época romana, foi consultada a base de dados [Vias Romanas em Portugal – Itinerários5](#), da autoria de Pedro Soutinho, reconhecida pelo seu rigor na sistematização dos traçados da rede viária romana no território nacional. Esta consulta permitiu constatar que não existem vias romanas dentro da AE.

Adicionalmente, foi também consultada a base de dados oficial do Património Cultural do Instituto do Património Cultural, acessível através da plataforma [www.patrimoniocultural.gov.pt](http://www.patrimoniocultural.gov.pt), com o objetivo de identificar a eventual existência de bens imóveis classificados ou em vias de classificação, nos termos da Lei de Bases do Património Cultural (Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro) e restante legislação aplicável.

Da análise efetuada, não foi identificado qualquer Monumento Classificado ou imóvel em Vias de Classificação localizado no interior da Área de Estudo (AE), nem foram sinalizadas Zonas de Proteção associadas a bens patrimoniais reconhecidos. Esta ausência indica que, à luz da legislação nacional em vigor e da informação disponível nos sistemas oficiais, a AE não se encontra abrangida por qualquer regime legal de proteção patrimonial direta.

Paralelamente, foi consultada a base de dados arqueológica nacional “Endovélico”, também gerida pelo Património Cultural, a qual reúne a totalidade dos sítios arqueológicos, achados isolados, contextos patrimoniais e ocorrências com interesse arqueológico registados em território nacional. A pesquisa direcionada para a área em análise não revelou a existência de sítios arqueológico ou ocorrências arqueológicas registadas no interior da AE.

#### Análise Toponímica

Análise toponímica da cartografia nos suportes cartográficos disponíveis para a zona em Estudo, nomeadamente a Carta Militar de Portugal na escala 1: 25 000 (IGeoE). Frequentemente, através do levantamento toponímico, é possível identificar designações com interesse, que reportam a existência de elementos construídos de fundação antiga, designações que sugerem tradições lendárias locais ou topónimos associados à utilização humana de determinados espaços em moldes tradicionais. Desta forma, são apresentados os testemunhos que permitem ponderar o potencial científico e o valor patrimonial da área de incidência do projeto e da sua envolvente.

Na pesquisa documental da AE foi usada a carta militar 363, instrumento fundamental para a identificação preliminar de indícios toponímicos com potencial relevância arqueológica ou patrimonial. Esta abordagem teve como objetivo a deteção de designações toponímicas que, pelas suas características linguísticas ou semânticas, pudessem sugerir a presença de estruturas antigas, elementos naturais associados à ocupação humana ou práticas tradicionais suscetíveis de revelar vestígios arqueológicos.

Durante a análise detalhada destas cartas militares, não foi identificado qualquer topónimo com valor indiciário que possa evidenciar de forma direta ou indireta a existência de um possível sítio arqueológico na área em estudo. Ausentam-se designações comuns a contextos arqueológicos, como “Castelo”, “Moura”, “Anta”, “Penedo”, “Forno”, “Cova” ou outras expressões associadas à memória coletiva ou à paisagem construída de épocas passadas.

Esta ausência, contudo, não deve ser interpretada como uma exclusão definitiva do potencial arqueológico da área. Importa ainda considerar que muitos sítios arqueológicos não se encontram refletidos na toponímia atual, quer por não terem deixado registo na memória coletiva, quer por se encontrarem em zonas onde o uso intensivo do solo e a modernização das estruturas territoriais contribuíram para a erosão de referências tradicionais.

A transformação da paisagem ao longo do tempo, associada a fatores naturais ou à ação humana, pode ter contribuído para a perda ou diluição de topónimos antigos, ou mesmo para a sua substituição por designações modernas que não reflitam a realidade histórica do território.

### Análise Fisiográfica

Análise Fisiográfica permite a observação de condições orohidrográficas que possibilitem a interpretação de estratégias de povoamento. As características próprias do meio determinam a especificidade e a implantação mais ou menos estratégica de alguns valores patrimoniais. As condicionantes do meio físico refletem-se ainda na seleção dos espaços onde se instalaram os núcleos populacionais e as áreas nas quais foram desenvolvidas atividades depredadoras ou produtivas ao longo dos tempos. Assim, a abordagem da orohidrografia do território é indispensável na interpretação das estratégias de povoamento e de apropriação do espaço, mas é também uma etapa fundamental na planificação das metodologias de pesquisa de campo e na abordagem das áreas a prospectar.

A área em estudo caracteriza-se por uma morfologia suave, de baixa a média inclinação, inserida na transição entre as planícies férteis associadas à bacia do Tejo e os relevos ondulados da Serra de Montejunto, que se estende a norte e exerce forte influência na fisiografia da freguesia de Alcoentre. O território apresenta-se, assim, marcado por encostas suaves e vales de pequena dimensão, com linhas de água sazonais que alimentam a rede hidrográfica local e condicionam os usos do solo.

Tradicionalmente, o uso do terreno terá sido predominantemente florestal e agroflorestal, integrando matos, bosquetes e áreas de cultivo adaptadas à morfologia ondulada. Contudo, observa-se que grande parte da Área de Incidência Direta (AID) se encontra atualmente profundamente remexida e alterada por práticas humanas recentes, o que reduziu a leitura natural da paisagem. Ainda assim, persistem elementos fisiográficos que permitem enquadrar o espaço no contexto mais amplo da freguesia:

- Presença de solos argilo-calcários e arenosos, de média a baixa fertilidade natural;
- Relevo que varia entre os planaltos suaves e as vertentes da Serra de Montejunto, criando zonas de charneira entre áreas mais florestais e espaços agrícolas;
- Um coberto vegetal marcado por eucaliptais, pinhais e manchas residuais de carvalhais e sobreirais, em coexistência com parcelas agrícolas e pastoris.

A análise fisiográfica e diacrónica da área em estudo, efetuada com recurso a imagens de satélite disponibilizadas pelo Google Earth Pro, evidencia que, ao longo dos últimos 14 anos, a AID apenas

tinha uma pequena parte a sudoeste onde apenas em 2021 ou 2022 houve afetação dos terrenos. De resto, pelo menos desde 2009 a AID encontra-se totalmente remexida.

#### Fontes consultadas

- ALARCÃO, J. (1998), Roman Portugal, Aris & Philips Ltd, Warminster.
- ARNAUD, J. M; DINIZ, M., NEVES, C. & MARTINS, A. (2024) Viula Nova de São Pedro – Monumento Nacional. Lisboa.
- BARROCA, M. J. (2003), Castelos Medievais de Portugal. Lisboa: Editorial Notícias.
- CABAÇO, H. C. (1960), Azambuja nos tempos e na vida Breves apontamentos sobre a pré-história. In Correio do Ribatejo. Santarém;
- CARDOSO, J. L. (2004), O Calcolítico na Estremadura, Estudos Arqueológicos de Oeiras, nº 12, Oeiras;
- GONÇALVES, J. L. (1979), Os povoados Neo e Calcolíticos da península de Lisboa. Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa, dir. Maria Soares, série III, nº 85, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa
- GONÇALVES, V. S. (1992), O Megalitismo da Região de Lisboa. Lisboa: UNIARQ.
- JORGE, V. O. (1990), Pré-história no Noroeste Português (para a discussão metodológica e enquadramentos comparativos de longa duração). Porto: FLUP.
- MARTINS, A., DINIZ, M., NEVES, C., & ARNAUD, J. M. (2021a), Povoados e Necrópoles no Estuário do Tejo. Primitiva Bueno Ramírez & Jorge A. Soler Díaz (Eds.), Ídolos. Olhares Milenares. Guia da Exposição. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia / Museo Arqueológico de Alicante / Museo Arqueológico Regional
- SOARES, M. M. (1998), O Concelho de Azambuja nas Memórias Paroquiais de 1758", Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa, n.º 91. tomo II
- MATOS, FONSECA E ASSOCIADOS (2020), Estudo de Impacte Ambiental das Centrais Fotovoltaicas de Rio Maio e de Torre Bela e LMAT de ligação. Cascais.
- MATTOSO, J. (1985), A Identificação de uma Nação. Lisboa: Editorial Estampa.
- MORAIS, R. (2010), Vias Romanas no Ocidente Peninsular. Braga: Universidade do Minho.
- PAÇO, A. do (1963), O povoado de Vila Nova de São Pedro (Azambuja). Lisboa: Academia Portuguesa da História.